


20/06/2023

Procedimento por Concurso Público Internacional n.º 15/DRM/2023

“AQUISIÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO FIXOS PARA
ANÁLISE E MEDIÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA DO MAR”

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 – Entidade adjudicante
- 2 – Objeto

CAPÍTULO II – DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 3 – Documentos que constituem a proposta
- 4 – Modo de apresentação das propostas
- 5 – Critério de adjudicação
- 6 – Preço anormalmente baixo
- 7 – Prazo de manutenção das propostas

CAPÍTULO III – DO ADJUDICIATÁRIO

- 8 - Documentos de habilitação, prazo para a sua apresentação e supressão de irregularidades
- 9 – Agrupamento adjudicatário
- 10 – Redução de contrato a escrito
- 11 – Contrato
- 12 – Despesas e encargos

PARTE II – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 13 – Modelo de avaliação das propostas

ANEXOS

- ANEXO II-M
- ANEXO III
- ANEXO IV – Anexo Técnico

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Região Autónoma da Madeira (RAM), através da Secretaria Regional de Mar e Pescas (SRMar) – Direção Regional do Mar (DRM), sita à Lota do Funchal, 1.º piso, Rua Virgílio Teixeira, 9004-562 Funchal, telefone 291 203 270, com o endereço eletrónico drm@madeira.gov.pt e plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do endereço www.acingov.pt.

O órgão competente para a decisão de contratar é o Secretário Regional de Mar e Pescas, com competência para a autorização da despesa nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M, de 29 de dezembro (que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2023), conjugado com o artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2022/M, de 12 de janeiro (que estabelece um regime excecional de agilização e simplificação de procedimentos dos projetos aprovados no âmbito do PRR-RAM).

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas e das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do Concurso serão prestados nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), pelo Júri do procedimento.

Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas e das propostas:

O serviço deve prestar os esclarecimentos solicitados;

O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

Cláusula 2.ª

Objeto

1. O presente procedimento visa o a aquisição de sistemas de monitorização fixos para a análise e medição da qualidade da água do mar, de acordo com as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
2. O objeto referido no n.º 1 da presente cláusula insere-se na categoria e está descrito com o n.º 38290000-4 - Instrumentos e aparelhos de vigilância, hidrográficos, oceanográficos e hidrológicos; na classificação prevista no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, que altera o Regulamento (CEE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu, de 5 de novembro de 2002.

CAPÍTULO II

DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Cláusula 3.ª

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta a apresentar pelo concorrente terá que integrar os seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP;
 - b) Documento que contenha o preço proposto de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar, em algarismos e por extenso, sem IVA (os arredondamentos, se aplicável, são realizados à segunda casa decimal), bem como indicação da taxa do IVA aplicável ou referência à sua isenção;
 - c) Documentos que contenham os termos e condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, conforme Anexo IV ao presente Programa de Procedimentos – “Anexo Técnico”;
 - d) Declaração relativa à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Procedimento.
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
3. Tratando-se de uma proposta com preço anormalmente baixo, conforme previsto na Cláusula 6.ª do presente Programa de Procedimento, o concorrente, mediante solicitação prévia do júri, terá que prestar os esclarecimentos por escrito e em prazo adequado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 71.º do CCP.

4. Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos a que se refere a alínea c) da presente cláusula, que podem ser redigidos em língua inglesa.
5. Quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais; à exceção dos documentos a que se refere a alínea c) da presente cláusula, que podem ser redigidos em língua inglesa.
6. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. A não apresentação de documento comprovativo, constitui motivo de exclusão da proposta, nos termos conjugados da alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º, do n.º 4 do artigo 132.º, caso não se verifique o suprimento nos termos e ao abrigo do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Modo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas, diretamente na plataforma eletrónica indicada na indicada na Cláusula 1ª do presente Programa de Procedimento, até às 17:00 do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no número 5 do artigo 62.º do CCP.
3. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais.

4. A aposição da assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou em cada um dos ficheiros eletrónicos da proposta, em momento prévio ao do seu carregamento na plataforma eletrónica, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do artigo 3.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, na sua atual redação, sob pena de exclusão da proposta, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).
6. Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles.
7. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.
8. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.
9. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.
10. Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente de

processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.

Cláusula 5.ª

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o do valor, na modalidade de avaliação Monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, atendendo ao preço mais baixo apresentado no Documento a que se refere a alínea b) do n.º 1 da Cláusula 3.ª do presente Programa de Procedimento.
2. Caso se verifique uma situação de empate entre duas ou mais propostas, após a aplicação do critério de adjudicação estabelecido no número anterior, proceder-se-á ao desempate por aplicação de sorteio a realizar em sessão pública, da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados, nos termos que se seguem:
 - a) A data e hora do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias;
 - b) Ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados;
 - c) O júri escreve o nome de cada concorrente cuja proposta tenha ficado empatada num papel, que é dobrado e inserido num saco opaco;
 - d) O júri procede, então, à extração dos papéis;
 - e) A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração, sendo adjudicada a proposta sorteada em primeiro lugar.

Cláusula 6.ª

Preço anormalmente baixo

Considera-se que o preço total (sem IVA) resultante da proposta apresentada é anormalmente baixo, quando seja 50% inferior ao preço base, estabelecido no n.º 2 da Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos, valor este correspondente à média ponderada

em sede de consulta preliminar ao mercado passível de enquadrar as especificações técnicas consideradas, pela entidade adjudicatária, indispensáveis para a aquisição do objeto ora em apreço tendo em consideração as necessidades que visa colmatar, nos termos do artigo 71.º do CCP.

Cláusula 7.ª

Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias a contar do termo do prazo para a apresentação das mesmas.

CAPÍTULO III

DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 8.ª

Documentos de habilitação, prazo para a sua apresentação e supressão de irregularidades

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II-M** ao presente programa (Anexo II-M ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual);
 - b) Cópia de certidão de conservatória do Registo Comercial da empresa, ou, em alternativa, Certidão Permanente da empresa;
 - c) Cópia de certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa que se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Cópia de certificado de registo criminal da empresa;
 - e) Cópia de certidão comprovativa de que a empresa se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas para com a Segurança Social ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - f) Cópia de certidão comprovativa de que a empresa se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se situe o seu estabelecimento principal;
 - g) Os seguintes documentos comprovativos de cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma

da Madeira, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, em relação ao último exercício económico, e quando legalmente exigível,

- i. Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o Adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - ii. Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10 e DMR);
 - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - iv. Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA.
2. O adjudicatário que não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira deve apresentar, em substituição dos documentos exigidos na alínea g) do número anterior, **declaração sob compromisso de honra**, subscrita por quem os obriga, referindo que não preenche os pressupostos de incidência.
3. A documentação referida no n.º 1 da presente cláusula deve ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário.
4. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ou, no caso da mesma se encontrar indisponível, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nos números anteriores.
7. O adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sítio da Internet onde aquelas podem ser consultadas, bem como a informação necessária à sua consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

8. Poderá ainda o adjudicatário prestar consentimento, nos termos da lei, para a consulta da informação relativa a qualquer destes documentos.
9. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados, será concedido um prazo de cinco dias para a respetiva supressão, sob pena de caducidade da adjudicação ao abrigo do artigo 86.º do CCP.

Cláusula 9.ª

Agrupamento adjudicatário

1. Ao presente concurso público poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante, pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária ou em Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

Cláusula 10.ª

Redução do contrato a escrito

Será celebrado contrato escrito, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º e do artigo 94.º, ambos do CCP, compaginado com o n.º 4 do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 11.ª

Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Apresentação de todos os documentos de habilitação;
 - b) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, se aplicável.
2. O adjudicatário deve fornecer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da receção da notificação da adjudicação, a identificação completa [fotocópias simples de B.I. ou C.C., de cartão com número de identificação fiscal] e indicação de residência da(s) pessoa(s) que assinarão o contrato, com junção de documentos que atribuem poderes para o efeito.

Cláusula 12.ª

Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à redução a escrito do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

PARTE II

MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Cláusula 13.ª

Modelo de avaliação das propostas

O critério de adjudicação é o do valor, na modalidade de avaliação Monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, atendendo ao preço mais baixo apresentado no Documento a que se refere a alínea b) do n.º 1 da Cláusula 3.ª do presente Programa de Procedimento